

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 5.120, DE 2005

Regulamenta o Art. 19 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 para disciplinar a venda ou troca de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo para uso doméstico.

Autor: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO

Relator: Deputado CARLOS ALBERTO CANUTO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.120, de 2005, de autoria do ilustre Deputado José Carlos Machado, estabelece que todos os pontos de venda, fixos ou móveis, de gás liquefeito de petróleo – GLP envasado devem estar aparelhados com equipamentos de pesagem, calibrados de acordo com as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

Dispõe, ainda, que, quando da compra de botijões cheios de 13 e 45 Kg de GLP, os botijões usados devolvidos, em base de troca, ficam sujeitos à pesagem dos líquidos residuais.

Com base na tara, que é o peso do botijão vazio, e no preço por unidade de massa do GLP vendido, será dado um desconto no preço ao consumidor, correspondente ao peso que exceder a tara do botijão. Essa tara deverá ser gravada no colarinho de todos os recipientes utilizados no país.

O Projeto de Lei estabelece também que, em todos os pontos de venda, deve estar disponível uma tabela contendo a diferença entre

a tara e o peso do botijão devolvido e o valor do desconto a ser concedido ao consumidor, em razão da quantidade de GLP devolvido.

Propõe, por fim, que o não-cumprimento dessas exigências sujeita o vendedor às penalidades estabelecidas no artigo 65 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Na sua justificação, o autor da proposição argumenta que o GLP é um insumo da maior importância para toda a população do País, sendo seu preço um importante componente do custo de vida das classes mais desfavorecidas.

Alega, ainda, que é fato conhecido que uma parte do conteúdo dos botijões de 13 e de 45 kg, destinados basicamente ao consumo doméstico, não é consumida. Assim, não é justo que o consumidor pague por um produto que não consumiu.

A proposição em análise foi distribuída às Comissões de Minas e Energia; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados) e está sujeita à apreciação do Plenário.

Nesta Comissão, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição em análise tem a intenção de proteger o consumidor brasileiro de gás liquefeito de petróleo – GLP, que é o combustível mais utilizado pelas famílias brasileiras para a cocção de alimentos.

É muito meritória a intenção do autor da proposição de proteger, principalmente, o consumidor doméstico de GLP vendido em botijões. Quando esse consumidor compra um botijão cheio, ele devolve, em troca, um botijão usado que, normalmente, contém uma pequena massa residual de GLP.

No caso dos postos fixos de venda de GLP, a matéria já está regulada pela Lei nº 9.048, de 18 de maio de 1995, que torna obrigatória a existência de instrumentos de medição de peso nos postos de revenda de GLP para uso doméstico.

Esclareça-se, ainda, que a Lei nº 9.048 estabelece que o peso do vasilhame de acondicionamento do GLP deve ser gravado ou etiquetado no próprio vasilhame, em local visível para o consumidor.

No Brasil, o exercício da atividade de revenda de GLP é fiscalizado pela Agência Brasileira de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, que editou a Portaria ANP nº 297, de 18 de novembro de 2003, para regulamentar a atividade de revenda desse combustível.

Quanto à massa residual no caso dos postos móveis de venda, ainda que os instrumentos de pesagem fossem aferidos segundo as normas do INMETRO, seria muito difícil sua precisa quantificação, pois a movimentação e da vibração a que esses instrumentos estariam submetidos tornaria difícil a manutenção dessa aferição.

Para a pequena massa residual de GLP em botijões ser corretamente medida, é necessária uma medição de alta precisão, que dificilmente poderia ser obtida por instrumentos continuamente transportados por caminhões ou utilitários.

Destaque-se, por fim, a possibilidade de haver a introdução de substâncias estranhas dentro do botijão, o que geraria descontos indevidos.

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei nº 5.120, de 2005, apesar da nobre intenção de seu autor.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado CARLOS ALBERTO CANUTO
Relator